



Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2024 PARA ESCLARECIMENTOS QUANTO A SITUAÇÃO REFERENTE À FALTA DE PAGAMENTO AOS FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS DO IAPE - INSTITUTO DE APOIO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA E À INCLUSÃO SOCIAL. (CONVOCADA ATRAVÉS DO EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 08/2024.

Aos vinte e nove dias do mês de agosto dois mil e vinte e quatro, às dezenove horas e dezesseis minutos, ocupou a Presidência dos trabalhos o Presidente Eduardo Duarte do Nascimento, que convidou o Sr. Ramiro Bonfiatti, Secretário Municipal da Fazenda, para que tomasse assento junto à Presidência; convidou o Professor Helter Rogério Bochi, Secretário Municipal da Educação, para que tomasse assento junto à Presidência e convidou a Professora Karla de Souza Moreira do Cemaie e o Senhor Adelson Lélis, Diretor Contábil Financeiro da Prefeitura Municipal de Marília, para que tomassem assento junto a Presidência. Registrou a presença do Vereador Oswaldo Féfin Vanin Junior. O Presidente em seguida, registrou a presença das seguintes pessoas que compareceram para acompanhar a presente Audiência Pública: Daniela Buneo, servidora pública, Aparecido Quirino Mederio, convidado, Ana Cláudia Moretão, mãe de aluna - Iape, Damila Costa Gonçalves, mãe de aluna - Iape, Paula Cicconelo Pigoni, mãe de aluna - Iape, Caroline Camilo, mãe de aluna - Iape, Lilian Leonel Estevão do Nascimento, mãe de aluna - Iape, Sidnei Stevão, pai de aluno - Iape, Gisele aparecida de Oliveira, servidora pública e mãe de aluno - Iape e Giovana Eduarda da Luz, funcionária e mãe de aluno do Iape. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento informou que não citaria as cuidadoras presentes para evitar possíveis retaliações. Dando início aos trabalhos, declarou aberta a Audiência Pública, nos termos da Lei nº 5863, de 17 de junho de 2004, que regulamentava as Audiências Públicas, e do Requerimento nº 1494/24, de iniciativa da Presidência, aprovado na Sessão Ordinária do dia 19 de agosto de 2024. Informou que a Audiência Pública foi convocada através do Edital de Convocação nº 8/24. Disse que seria dada a palavra ao Sr. Ramiro Bonfiatti, Secretário Municipal da Fazenda e ao Prof. Helter Rogério Bochi, Secretário Municipal da Educação, que teriam o tempo de 30 minutos cada um para fazer suas explanações. Concluídas estas exposições, os membros do Poder Legislativo poderiam fazer suas perguntas relacionadas com o assunto, e teriam o tempo de 5 (cinco) minutos. Também os demais participantes da Audiência Pública, poderiam fazer suas perguntas relacionadas com o assunto, sendo que deveriam se inscrever antecipadamente junto à Secretaria da Câmara ou também enviando as perguntas através do e-mail camara@camar.sp.gov.br. Informou que a convocação tinha por objetivo esclarecer a situação referente à falta de pagamento aos funcionários terceirizados do Iape, que, como foi dito, era o Instituto de Apoio à Pessoa com Deficiência e à Inclusão Social. Referida empresa foi contratada pela Prefeitura como responsável pela execução de serviços de apoio aos alunos com deficiência que acarretava necessidades educacionais especiais e seus profissionais prestavam serviço nas diversas unidades escolares da Secretaria Municipal da Educação. Este contrato encontrava-se em seu oitavo aditivo e tinha um valor total de R\$ 6.666.214,50 (seis milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, duzentos e quatorze reais e cinquenta centavos). Disse que tinham poder apenas de convocação à empresa pública, mas a empresa privada não, sendo assim receberam manifestação do Iape e faria a leitura da correspondência. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento disse que o requerimento havia sido aprovado em 19 de agosto, tendo vários dias para na presente data encaminhar justificativa de falta. Disse que o Ministério Público daria andamento, abrindo procedimento, solicitando informações da Câmara Municipal de Marília quanto aos assuntos abordados no Requerimento. Disse que a empresa não agiu bem em evitar a Audiência Pública. Em seguida efetuou a leitura do Requerimento nº 1494/24 de sua autoria, que originou a presente audiência pública. Efetuou a leitura da solicitação de informações quanto ao Requerimento nº 1494/24, do Ministério Público. Após a leitura da correspondência passou a palavra ao Prof. Helter Rogério Bochi, Secretário Municipal da Educação, que dispunha de 30 minutos. Disse que estava juntamente com a Professora Karla, que era Diretora do CEMAIE, Centro educacional de Educação Especial do Município e que fazia as avaliações e laudos para que sejam os postos de serviço observados. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento disse que a questão englobava todo o Iape e seus serviços prestados. O Prof. Helter Rogério Bochi, Secretário Municipal da Educação disse que a função da Secretaria Municipal era acompanhar o funcionamento do serviço e a Karla acompanhava mensalmente através de planilha o andamento do trabalho dos funcionários, para que depois até 5 dias úteis, pudesse se fazer o encaminhamento para a liquidação dos serviços. Disse que se havia atraso de pagamento, se fazia comunicação através de e-mail, solicitando a empresa informações do porquê do não pagamento e caso a empresa não se manifestasse, era feita através do setor jurídico da Secretaria da Educação uma notificação extra judicial. Disse que foi marcada reunião quando houve a falta do pagamento por parte da empresa que alegou demora no envio das notas. Disse que





Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

só era repassado os valores depois da conferência e ficou acordado que fosse encaminhado antecipadamente para que a empresa pagasse dentro do prazo. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento questionou que a Prefeitura Municipal de Marília estava antecipando o pagamento ao invés de atrasar. O Prof. Helter Rogério Bochi, Secretário Municipal da Educação disse que foi antecipado para empresa para que ela pudesse repassar aos funcionários até dia cinco do mês. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Sr. Ramiro Bonfietti, Secretário Municipal da Fazenda, que dispunha de trinta minutos. O Sr. Ramiro Bonfietti, Secretário Municipal da Fazenda, disse que foi detalhado pelo Secretário Helter como se fazia o processo. Depois disso havia o detalhamento dos pagamentos a serem feitos para todos funcionários, não sendo pago sem a documentação. Disse que o lape recebia por sua natureza com quebra de ordem cronológica. Disse que no último mês houve um agravamento porque houve ações trabalhistas com decisão judicial de bloqueio, chegando no último mês um montante de 800 mil reais. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento questionou quanto ficou retido. Sr. Ramiro Bonfietti, Secretário Municipal da Fazenda disse que foi bloqueado o valor total. Disse que nunca soube dos atrasos, ficava sabendo pela imprensa. Disse que firmaram TAC isentando a Prefeitura das ações trabalhistas, de forma a liberar os valores. Disse que pagaram 624 mil reais, ficando retido, por sua conta, 243 mil para que pudesse liberar no 5 dia útil para ajudar na folha de pagamento do pessoal. Esse valor seria creditado. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento solicitou que fosse encaminhado relatório mês a mês dos pagamentos durante a execução do contrato. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento informou que após as explanações, os senhores vereadores poderiam fazer suas perguntas relacionadas ao assunto. O Vereador Oswaldo Féfin Vanin Junior questionou o Secretário Helter que recebia informação do não pagamento dos funcionários, porque não encaminhava a informação para o setor financeiro da Secretaria da Fazenda. O Prof. Helter Rogério Bochi, Secretário Municipal da Educação disse que encaminhavam as informações oficiais internas e não dos servidores. Encaminhavam o registro da reunião. O Secretário Ramiro disse que não chegou a seu conhecimento de forma oficial e que como trabalhavam juntos, ficou sabendo. O Vereador Oswaldo Féfin Vanin Junior disse que então a Secretaria da Fazenda não tinha conhecimento dos atrasos. Sr. Ramiro Bonfietti, Secretário Municipal da Fazenda disse que de forma oficial não havia recebido, tendo confirmado a informação com seu assistente. O Vereador Oswaldo Féfin Vanin Junior disse que queria que constasse em ata todas as perguntas e as respostas. Solicitou que fosse encaminhado ao Promotor da 10ª Promotoria, que já estava com abertura de um procedimento e que tivesse esse conhecimento. Sugeriu que fosse encaminhado de forma oficial por parte do Secretário da Educação a informação ao Secretário Municipal da Fazenda, para que houvesse solução imediata. Sugeriu o vereador Oswaldo Féfin Vanin Junior para o Secretário Ramiro a possibilidade de liberar as verbas retidas de forma imediata. O secretário Ramiro afirmou que, conforme as informações dadas pela empresa, estava tudo em ordem, e disse que estava retendo parte das verbas destinadas à IAPE para pagamento no mês de setembro. Após, o vereador Oswaldo Féfin Vanin Junior sugeriu que os valores das verbas retidas fossem liberados tendo em vista que os salários estavam sendo pagos de forma fracionada. Após, questionou ao secretário da educação se não tinha nenhum ato para rescindir unilateralmente por conta das diversas irregularidades. Respondeu o secretário da educação que todas as vezes que tinha notificado a empresa a mesma tinha regularizado, e disse que temia uma perda do contrato pela excessiva demora em contratar uma empresa no processo licitatório. O vereador Oswaldo Féfin Vanin Junior afirmou que havia a possibilidade de contratar urgentemente caso não houvesse demora na licitação. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento questionou o salário recebido pelas cuidadoras. A cidadã Josiane afirmou que as cuidadoras recebiam em torno de mil e duzentos reais, por serem horistas, disse ainda que não recebiam durante o período de suspensão das aulas, afirmou ainda que haviam regime de seis horas e oito horas. Questionou O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento quais eram os servidores que estavam responsáveis pela fiscalização do contrato. Foi respondido pelo secretário da educação, que a servidora responsável era Karla juntamente com sua equipe. Encerrada a participação dos vereadores, o Presidente consultou a secretaria se havia interessados inscritos ou que encaminharam suas perguntas relacionadas ao assunto. Inscrita a senhora Lilian Leonel Estevam que agradeceu aos vereadores presentes e questionou qual era a garantia que a IAPE dava de que o contrato fosse cumprido. O secretário da educação afirmou que a empresa era contrato por meio licitatório, e afirmou que a equipe da Karla fazia todo o acompanhamento necessário, juntamente com o MP, para que pudesse analisar se a empresa estava cumprindo com o contrato. Afirmou a senhora inscrita que o seu filho era diagnosticado como criança atípica, mas que a direção escolar negou atendimento. Respondeu o secretário de educação que a escola tinha capacidade pedagógica para avaliar a possibilidade. Questionou o Presidente Eduardo Duarte do Nascimento quantos profissionais haviam para atendimento especializado. Respondeu a





Câmara Municipal de Marília

Estado de São Paulo

servidora Karla que havia um profissional de Terapia Ocupacional, um de Fonoaudiologia, 3 psicólogos e 2 psicopedagogas e 38 professores. afirmou ainda havia necessidade de observação da criança para ver se havia a real necessidade de cuidado e apoio, tendo em vista que outras crianças necessitavam mais urgentemente dos cuidados. afirmou que havia limitação de acesso e disse que só dava intervenções no âmbito educacional. Questionou a senhora Paula Siconelo sobre a forma como a Administração Pública estava lidando com a falta de pagamento bem como em relação à rotatividade dos cuidadores, haja vista que se criava vínculos dos profissionais juntamente com as crianças cuidadas, afirmou ainda que tinha que ser analisado o contrato antes de formalizar. Respondeu o secretário da educação que não havia condições de responder os casos individualmente, mas solicitou que senhora Paula que enviasse o caso para equipe responsável. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento ressaltou que era inadmissível a forma como tinha sido realizado o contrato. Questionou a senhora Caroline Camilo quais eram os critérios de contratação das cuidadoras e questionou o secretário da educação a possibilidade de especializar os cuidadores, e afirmou que a filha dela era não verbal e que tinha regressão por conta da rotatividade dos cuidadores. Respondeu a servidora Carla que trabalhava conforme o que estava no contrato, mas ressaltou a importância da Audiência Pública para debater sobre o tema e disse que o cuidado da criança deveria ser feito por todos. Questionou a senhora Ana Cláudia do porquê as mães não tinham contato com o cuidado, e disse que a maneira como estava sendo executado o contrato desrespeitava os pais dos filhos atípicos, e respondeu a servidora Carla afirmou que as proibições eram como parâmetro o que era utilizado por todos os servidores. Respondeu o secretário da educação que entendia da dor dos pais, mas afirmou que estava à disposição para atender as peculiaridades, bem como ressaltou a importância da ouvidoria para receber as reclamações. A senhora Camila Fonseca afirmou que lutaria pelos direitos dos cuidadores e que havia falta de conhecimento dos servidores. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento afirmou que a Audiência Pública contribuía para melhor debate sobre a situação, ressaltou que tinha buscado providências junto ao Ministério Público para que a empresa respondesse à falta de pagamentos, afirmou ainda que a Ouvidoria não servia para a solução de problemas. Questionou a senhora Josiane se as ponderações do edital eram levadas em consideração e foi respondido pelo secretário educação que eram levados em consideração sim, e que o apoio pedagógico tinha sido uma conquista frente à situação. Questionou a senhora Josiane do motivo de a Prefeitura manter uma empresa contratada ineficiente. Respondeu o secretário da educação que estava buscando melhorar a cada dia e afirmou que considerava tudo o que estava questionado, bem como afirmou que enviaria à Câmara Municipal de Marília o portfólio das formações dadas para os cuidadores no ano de 2024. O Presidente Eduardo Duarte do Nascimento lamentou a ausência do responsável da IAPE. Quando eram vinte e uma horas e sete minutos o Presidente Eduardo Duarte do Nascimento declarou encerrada a Audiência Pública, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, seria assinada pelo Presidente Eduardo Duarte do Nascimento e por mim, Gustavo Almeida Camargo, que secretariei a audiência. Fica fazendo parte integrante da presente Ata, o DVD relativo à Audiência Pública, de acordo com a Resolução n. 296, de 10 de abril de 2007.

